

TERAPIA DE FAMÍLIA SISTÊMICO-CONSTRUTIVISTA¹

Carlos Eduardo Zuma

O objetivo deste pequeno artigo é apresentar a Terapia de Família como prática terapêutica e a teoria sistêmica aplicada a ela. Para melhor cumprir a tarefa, proponho fazer um pequeno resumo sobre a história dessa prática e a evolução de alguns de seus conceitos. Porém, o que vou ressaltar é a mudança de paradigma necessária para o surgimento dessa modalidade de atendimento. Refiro-me aqui à ampliação do foco de atenção, ao pensarmos o sofrimento humano, sua enfermidade e sintomas, saindo do indivíduo e do intrapsíquico, para incluímos seu contexto e suas relações.

É importante sublinhar que o desenvolvimento teórico da Terapia de Família manteve, desde seu início, um diálogo estreito com disciplinas e teorias alheias às áreas da psicologia e da psicoterapia, como a Teoria Geral dos Sistemas, a Cibernética, a Teoria da Comunicação, a Biologia e a Química. E sua literatura é repleta de referências a autores que não são, nem pretenderam ser terapeutas, como o antropólogo Gregory Bateson, o biólogo Humberto Maturana, o Nobel de química Ilya Prigogine, o historiador e epistemólogo Edgar Morin, para citar apenas alguns. Esses pensadores têm em comum, no entanto, a preocupação com o homem, suas relações sociais e o questionamento à ciência tradicional, que impõe barreiras rígidas entre as disciplinas. O desenvolvimento teórico da Terapia de Família, por conta desse diálogo, teve uma evolução paralela à evolução dessas disciplinas. E muitos conceitos aplicados a sistemas não-vivos tiveram que ser revistos ao serem aplicados aos sistemas humanos.

O deslocamento do foco de atenção do intrapsíquico para o relacional no campo das práticas terapêuticas pode ser detectado na literatura a partir da década de 1930. Conceitos como “papel social” e práticas como terapia de grupo e psicodrama se esboçam nessa época. Em 1937, o psicanalista Nathan Ackerman publica o artigo *A família como unidade social e afetiva*, em que ressalta a importância dos papéis desempenhados na família e como estes perturbam as interações de seus membros. Em 1948, Frieda Fromm-Riechmann elabora o conceito de mãe esquizofrenogênica, descrevendo, sob um enfoque causal-linear, a relação entre os pacientes esquizofrênicos, considerados como vítimas, e suas mães, descritas como agressivas e distantes.

A Terapia de Família, como prática terapêutica propriamente dita, teve início na segunda metade da década de 1950. Nesse período, vários estudos paralelos tiveram início nos

¹ Trabalho apresentado no seminário *Psicologia: crise de paradigma ou crise social*, promovido pelo CRP-05, em 17.05.1997, na UERJ.

EUA, motivados pelo fenômeno da esquizofrenia. O mais conhecido desses estudos, sem dúvida, foi o liderado pelo antropólogo Gregory Bateson, que culminou na teoria do duplo-vínculo, que descrevia sequências de comunicações paradoxais presentes nas famílias com membros esquizofrênicos.

Como nos mostra Rosana Rapizo¹ em seu livro *Terapia Sistêmica de Família*, nessa época as práticas psicoterápicas eram basicamente individuais. Predominava a ideia de que o portador do sintoma deveria ser retirado do seu meio e tratado individualmente em um hospital ou consultório. Jay Haley chega a afirmar que tratar famílias inteiras trazia aos terapeutas a pena do isolamento profissional.

Outro conceito importante dessa época foi o de homeostase familiar, onde Jackson, um membro do grupo de Bateson, sugeriu que uma gama de categorias psicopatológicas se encaixava com padrões interacionais particulares. E, como consequência desse encaixe, a melhora de um paciente poderia levar outro membro da família a adoecer. Por aí poderia se explicar o boicote da família ao tratamento, em muitos casos, ou simplesmente sua resistência à mudança. As técnicas de intervenção eram tentativas de quebrar essa homeostase disfuncional, interrompendo sequências comportamentais recorrentes para que a família se reorganizasse sem a necessidade do sintoma.

Mesmo ampliando o olhar para as interações e comunicações entre os membros da família, não se conseguia fugir da ideia de uma causalidade linear e atingir o que propunha a Teoria Geral dos Sistemas, disciplina fundada por Bertalanffy, onde a ideia central é de que todos os fenômenos da natureza estão interligados e qualquer tentativa de explicá-los através de sequências causais não passa de simplificações ou recortes da realidade, sendo, portanto, pontuações arbitrárias. Além disso, o conceito de homeostase, por sua ênfase na estabilidade da família, é insuficiente para explicar os processos de mudança, de crescimento e de criatividade.

Essa primeira fase da Terapia de Família durou até meados da década de 1970. Nessa época, o trabalho do químico Ilya Prigogine, *Ordem através da flutuação*, ganhou grande notoriedade. Através do estudo de sistemas dissipativos, ou seja, que se afastam do equilíbrio, este autor nos mostra que esses sistemas não caminham inexoravelmente para a destruição, como se acreditava até então. Eles podem, através de saltos descontínuos, evoluir para uma nova organização que apresenta coerência interna. Essa passagem ocorre através da ampliação de flutuações próprias do sistema. E nesse ponto, que ele chamou de bifurcação, existem, ao menos, duas possibilidades de novas organizações futuras. Os sistemas afastados do equilíbrio são diferentes dos que estão em equilíbrio, portanto, o instrumental para lidar com eles é necessariamente diferente. Os sistemas

vivos, incluindo-se aí os sistemas humanos e sociais, são afastados do equilíbrio. Eles têm características de auto-organização, são complexos e indeterminados.

No âmbito da Terapia de Família, esse novo olhar teve grande impacto. Os conceitos e técnicas utilizados até então foram reformulados. Já não se pode falar de resistência à mudança. Os sistemas familiares funcionam segundo sua coerência interna. A mudança não precisa vir de uma fonte externa, as famílias possuem seus próprios recursos para mudar. O terapeuta vai trabalhar então na mobilização desses recursos. Através de perguntas, vai tentar ampliar a história oficial da família, incorporando informações antes periféricas a esse discurso. A ação de recontar a sua história, de redefinir significados funcionará como deflagrador de mudanças.

Essa mudança na Terapia de Família não se dá sem conflitos, sem divergências. Novas questões são formuladas, principalmente em torno do papel do terapeuta. Torna-se necessário aprofundar o estudo sobre a chamada auto-organização dos sistemas.

Se os sistemas funcionam autonomamente, se funcionam de acordo com sua coerência interna, qual é o papel do terapeuta? Este também não funciona de acordo com sua coerência? Como se dá o encontro entre esses dois sistemas autônomos e auto-organizados?

É na tentativa de responder a essas questões que a própria Terapia de Família dá um salto descontínuo. Entram no cenário o Construtivismo e o Construcionismo Social. Personagens como o biólogo Humberto Maturana e o ciberneticista Heinz von Foerster, entre outros, fazem um movimento de resgate de concepções filosóficas que remontam a Vico e a Kant e, mais recentemente, às ideias de Piaget. A partir de estudos da neurofisiologia, Maturana e Varela vão estabelecer seu pressuposto básico de que o Ser Humano não tem acesso objetivo à realidade. O que concebemos como realidade são construções que fazemos socialmente em linguagem.

Como nos diz Rapizo¹:

Não há uma família dada “lá fora” a ser conhecida e manipulada. Com base no conceito de autonomia, questiona-se o valor e a pertinência de intervenções que pretendem dirigir o sistema para determinado lugar. Questiona-se também a ideia de que tais intervenções causam mudanças, já que o meio (o terapeuta) não determina o que acontece no sistema (família). O sistema reage de uma maneira idiossincrática quando é perturbado. Ele determina sua resposta à perturbação.

O interesse dos terapeutas desloca-se assim das sequências de comportamento a serem modificadas para os processos de construção da realidade e identidade familiar, para os significados gerados no sistema, incluindo nele o terapeuta.

Essas ideias vão colocar em xeque parâmetros importados do modelo médico, já há muito incorporados às práticas psicoterápicas, como diagnóstico, modelos etiológicos e categorias psicopatológicas. Como nos diz Maturana²: “A deseabilidade ou indeseabilidade de cada comportamento é socialmente determinada [...] não podemos afirmar que qualquer coisa é boa ou má, sã ou insana por si própria, como se estas fossem suas qualidades constitutivas e intrínsecas.” No momento em que construímos as nossas percepções do mundo através de filtros e consensos linguísticos e culturais, também a psicopatologia é uma criação social. Organizar uma categoria diagnóstica como uma realidade independente é um modo de criar essa patologia e consolidá-la com o tempo.

A própria ideia de família, ou melhor, a unidade que vem à terapia vai ser questionada. Como diz Goolishian e Winderman³: “Não é o sistema que determina o problema, mas é o problema que determina o sistema.” Em outras palavras, são aquelas pessoas que distinguem uma determinada situação como problemática que serão consideradas como integrantes do sistema terapêutico. Essas premissas estenderam a terapia sistêmica para além das fronteiras da família. Hoje vemos trabalhos tanto com o indivíduo como com comunidades e redes sociais que utilizam o referencial sistêmico.

Quero ressaltar que esse exíguo resumo da história da terapia de família que acabo de expor é parcial. Esse é o ponto de vista de um terapeuta que se identifica com o referencial sistêmico-constructivista. O movimento da Terapia de Família não forma um corpo único e coeso. Além da escola de terapia constructivista e construcionista social, compõem o cenário outras escolas e tendências. Entre elas se destacam a estratégica e a estrutural, cujos fundadores são, respectivamente, Jay Haley e Salvador Minuchin.

Para concluir, gostaria de lembrar, citando o terapeuta norueguês Tom Andersen⁴, que: “Vários estudos [já] indicaram que são os bons relacionamentos terapeuta-cliente que contribuem para os melhores resultados terapêuticos, tendo a técnica ou o método do terapeuta menor importância.”

Referências bibliográficas:

- 1- RAPIZO, Rosana. *Terapia sistêmica de família: da instrução à construção*. Rio de Janeiro: Noos, 1996.
- 2- MATURANA, H. Biología y violencia. In.: CODDOU, F. et al. *Violencia; en sus distintos ambitos de expresion*. Santiago de Chile: Dolmen, 1995. ANDERSEN, Tom. *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: Noos-ITF, 1991.
- 3- GOOLISHIAN, H.; WINDERMAN, L. Constructivismo, autopoiesis y sistemas determinados por problemas. *Sistemas Familiares*, Buenos Aires, v. 5, n. 3, p.19-29, 1989.
- 4- ANDERSEN, Tom. *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: Noos-ITF, 1996.